

Tumulto marca entrega de emendas populares

BRASÍLIA - Vaias e manifestações de hostilidade ao Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, e gritos de "Diretas já" ou "Fora daqui, FMI" tumultuaram ontem a solenidade de entrega à Constituinte de emendas populares de 20 entidades civis. La-deado pelo Presidente da CUT, Jair Meneguelli, e pelo Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, Ulysses permaneceu no Salão Negro do Congresso cerca de dez minutos, enquanto a multidão de quase duas mil pessoas se manifestava, e teve de retornar ao seu gabinete após tentativas frustradas de Lula para acalmar os ânimos a fim de que os discursos começassem.

Foto de Jamil Bittar



Ao lado de um contrafeito Ulysses, Lula pede silêncio aos manifestantes

A solenidade marcaria a entrega formal de 18 emendas patrocinadas por entidades como a CUT, a CGT, a Contag e a Campanha Nacional pela Reforma Agrária e por partidos de esquerda, mas o Presidente da Constituinte recebeu apenas uma, das mãos de Meneguelli, numa "entrega simbólica", ainda nas escadarias do Salão Negro. A essa altura, foi aconselhado por algumas pessoas a não entrar no recinto, onde os manifestantes se acotovelavam com faixas e cartazes, aplaudindo, vaiando e gritando palavras de ordem. Depois de ter hesitado um pouco, decidiu entrar, o que fez com Lula e Meneguelli, abrindo caminho por entre a

multidão. Com seus acompanhantes, subiu a um balcão, enquanto os manifestantes vaiavam e gritavam palavras como "traidor" e "diretas já". Sem condições de permanecer no local, acabou sendo escoltado por funcionários de volta a seu gabinete. E Lula também desceu do balcão.

O Presidente da Constituinte disse que "as manifestações fazem parte do processo democrático e o Congresso existe para isso, para elogios e para críticas". Mais tarde, em entrevista, atribuiu as vaias ao fato de

serem uma manifestação de pessoas ligadas ao PT, embora não citasse diretamente esse partido.

— Não fiquei surpreso. Acho que são manifestações de grupos restritos, vinculados a um outro partido. Encaro isto com naturalidade — disse.

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, procurou Ulysses em seu gabinete, logo depois da manifestação, e afirmou, ao sair, que a CGT não tinha qualquer responsabi-

lidade no episódio.

— A CGT — disse — não vaia a CUT, não vaia Ulysses, não vaia Sarney.

Ele acrescentou que vaia não une e "as forças progressistas devem buscar apoio nas facções menos reacionárias para estabelecer metas comuns e atender aos anseios da população".

Após os incidentes, Ulysses Guimarães recebeu, em seu gabinete, mais sete grupos que foram levar-lhe emendas populares. A quase todos, afirmou que estava agradavelmente surpreso em constatar o elevado número de emendas populares ao projeto de Constituição, o que, a seu ver, constitui "uma prova de grande vitalidade democrática".

"Não há democracia sem povo", repetia, assegurando que as emendas populares serão examinadas com muita atenção pelos constituintes e que algumas sugestões, ainda que não venham a ser incluídas na nova Carta, são um material valioso para a elaboração da legislação ordinária e complementar.

Entre as emendas populares entregues ontem à Constituinte, a que trata da reforma agrária, patrocinada por dois grupos de trabalho (na verdade são duas emendas praticamente iguais) é a que reúne maior número de assinaturas: mais de um milhão e cem mil.

SEIS MILHÕES DE ASSINATURAS EM 71 EMENDAS

Prazo vence hoje e Sistematização acredita que elas chegarão a 100

BRASÍLIA — Na véspera do encerramento do prazo para a apresentação de emendas ao anteprojeto do Relator Bernardo Cabral, a Comissão de Sistematização recebeu 34 emendas populares, fechando o dia com um total de 71, assinadas por mais de seis milhões de pessoas. E a expectativa é de que o número de emendas chegue a 100 hoje.

Emendas sobre a reforma agrária, que mobilizaram um número de pessoas muitas vezes superior aos 30 mil exigidos pela Constituinte, foram apresentadas ontem com estardalhaço: vários carregadores foram necessários para transportar a papelada. A decepção ficou por conta da emenda do Partido dos Trabalhadores, apresentada no início da noite com pouco mais de 30 mil signatários, defendendo eleições presidenciais diretas em 1988. Outra emenda, subscrita pelo Senador Mário Covas (PMDB-SP), no mesmo sentido, deverá dar entrada hoje.

Dois emendas trataram da reforma agrária: uma, patrocinada pela CGT, Diocese de Goiás, Movimento dos Trabalhadores Sem

nais, liberdade de sindicalização e pleno direito de greve.

Com 202 mil assinaturas, vários deputados federais de Minas Gerais, de diversos partidos, levaram à Comissão de Sistematização uma emenda propondo a criação do Estado do Triângulo. Patrocinada pelas Associações dos Vereadores do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro e Conselho para a Criação e Emancipação do Triângulo Mineiro, a proposta seguiu acompanhada por um abaixo-assinado com as assinaturas de 311 constituintes, mais da metade da Assembléia.

Foram duas as emendas populares de apoio aos índios, garantindo-lhes direito às terras que ocupam e às riquezas naturais do solo e subsolo. Têm o patrocínio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Brasileira de Antropologia, Coordenação Nacional dos Geólogos, Associação de Apoio ao Índio, Conselho Indigenista Missionário e Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Também foram apresentadas emendas propondo a legalização do aborto,

reforma urbana, destinação de verba pública exclusivamente para o ensino público, acesso de todos os cidadãos brasileiros ao saneamento básico, direitos da criança e do adolescente e, ainda, paridade de vencimentos para o aposentado.

O Governador Pedro Simon (PMDB) afirmou ontem em Porto

Alegre que acredita que as emendas populares terão uma boa influência nos rumos da Constituinte, até mesmo aquelas que estão sendo reapresentadas após derrota nas comissões temáticas. Afinal, conforme argumentou, apesar de nenhuma delas tratar de matéria nova, todas trazem o peso da popularidade.

Segundo o Governador, no caso das propostas derrotadas ou polêmicas, como a jornada de 40 horas, a melhor saída é discuti-las e, se for o caso, incluí-las nas disposições transitórias. Disse que, se o que se pretende é mesmo uma Constituição duradoura, esta é a melhor solução.

Cabral começa a trabalhar em seu substitutivo

BRASÍLIA — O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) começou ontem a examinar as emendas populares e as apresentadas pelos constituintes para elaborar o primeiro substitutivo que apresentará à Comissão de Sistematização. O Deputado trabalha auxiliado pelos relatores adjuntos Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Wilson Martins (PMDB-SC). Além das emendas individuais, eles examinarão as propostas dos Grupos Interpartidário e dos 32, das Assessorias da Câmara dos Deputados e do Senado e do professor da USP José Afonso Silva.

Fernando Henrique entende que o trabalho será facilitado pelo consenso obtido quanto à maioria dos temas. As exceções foram a reforma agrária e os direitos trabalhistas. Sobre o mandato presidencial, sistemas de governo e eleitoral não foi tentado acordo. Segundo o Senador, serão esquecidas as propostas radicais apresentadas nas fases das Subcomissões e Comissões temáticas. O substitutivo será enxuto na forma e sem radicalismos no conteúdo.

Grupos entregam hoje propostas de consenso

BRASÍLIA - O Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, e as lideranças dos partidos na Constituinte recebem hoje o resultado do trabalho dos dois grupos — Interpartidário e dos 32 — que se empenharam em obter um acordo sobre a nova Constituição. Apellido de "Hércules", o documento é formado em 80 por cento pelas questões de consenso e mantém a forma do atual anteprojeto nas matérias em que o entendimento não foi possível.

Segundo o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), que funcionou como elemento de ligação entre os dois grupos, podem ser considerados como totalmente consensuais os capítulos referentes à comunicação e ao meio ambiente. Os demais foram negociados e modificados, mas não correspondem a um consenso absoluto. Os grupos não alteraram os capítulos referentes a sistema de governo, mandato e sistema tributário.

O conceito de empresa nacional será amplo, diferenciando, no entanto, o capital nacional do estrangeiro. Em relação à estabilidade no emprego, foram fixados dispositivos que

proibem demissões arbitrárias. Contratos de risco, ficam definitivamente extintos. A questão da jornada de trabalho será remetida à legislação ordinária. Sobre o voto distrital o consenso foi impossível, embora exista uma tendência para que se aprove o sistema misto. Em substituição à reserva de mercado os parlamentares sugerem assegurar a proteção temporária de setores estratégicos. No caso da reforma agrária, ainda sem consenso, os grupos se inclinam pelo pagamento das desapropriações em títulos conversíveis em dinheiro se, dentro de um determinado prazo, a Justiça não se manifestar.

Ao mesmo tempo, os dois grupos prepararam emendas que modificam totalmente o texto que elaboraram. O Grupo dos 32, por exemplo, apresentará um substitutivo completo, em forma de emendas.

— O "Hércules" é a tentativa que fizemos para ajudar o Cabral. Agora, é reunir 47 votos na Sistematização e 280 no plenário para garantir a aprovação das nossas propostas — afirmou Virgílio Távora.

Relator pede fim da demagogia no sindicalismo

Em debate de sindicalistas e constituintes, ontem, na Comissão de Finanças do Senado, o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, defendeu a eliminação da demagogia do movimento sindical brasileiro. Cabral dirigiu-se diretamente aos Presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros — porta-voz do grupo na apresentação das reivindicações do movimento sindical —, e dos Eletricistas, Antônio Rogério Magri, para pedir a eliminação do que considera o maior entrave ao relacionamento harmônico de empresários e trabalhadores.

Os dois sindicalistas refutaram afirmando que fazem parte de um movimento de transição sindical, que se propõe a manter aberto um canal de diálogo com os empresários e deseja desvincular os sindicatos dos partidos políticos. Este movimento, inspirado no modelo norte-americano de sindicalismo, já reúne cerca de nove entidades brasileiras e tem como um dos principais líderes Aluizio Azevedo, também presente.



Reforma agrária, o pacote mais pesado

Foto de Jamil Bittar

reforma urbana, destinação de verba pública exclusivamente para o ensino público, acesso de todos os cidadãos brasileiros ao saneamento básico, direitos da criança e do adolescente e, ainda, paridade de vencimentos para o aposentado.

O Governador Pedro Simon (PMDB) afirmou ontem em Porto Alegre que acredita que as emendas populares terão uma boa influência nos rumos da Constituinte, até mesmo aquelas que estão sendo reapresentadas após derrota nas comissões temáticas. Afinal, conforme argumentou, apesar de nenhuma delas tratar de matéria nova, todas trazem o peso da popularidade.

Segundo o Governador, no caso das propostas derrotadas ou polêmicas, como a jornada de 40 horas, a melhor saída é discuti-las e, se for o caso, incluí-las nas disposições transitórias. Disse que, se o que se pretende é mesmo uma Constituição duradoura, esta é a melhor solução.

Faoro não crê em avanço na futura Carta

RECIFE — O jurista Raimundo Faoro, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, disse ontem que a futura Constituição não vai alterar substancialmente o estabelecido pela Carta de 1967.

— Essa Constituição não surpreenderá ninguém, principalmente nós, advogados, porque já temos consciência de que ela será pouco representativa dos anseios populares — afirmou.

Faoro argumentou que o Brasil é um País tipicamente urbano e de assalariados, no qual a população depende fundamentalmente do salário e da Previdência Social, "mas o problema da omissão da Previdência na prestação dos seus serviços sequer foi cogitado pelos Constituintes". Disse, também, que dificilmente a Constituição reduzirá o poder político das Forças Armadas e que as emendas populares "não passam de um conserto de pouca eficácia para querer remediar um mal originário, o de não se ter partido para uma Constituinte exclusiva".

O jurista criticou as manobras no âmbito da Constituinte, citando como exemplo a proposta de estabilidade no emprego.

— Acho que deve haver garantia de emprego. Essa proposta, a meu ver, foi uma manobra para retirar as garantias trabalhistas que existem hoje.